

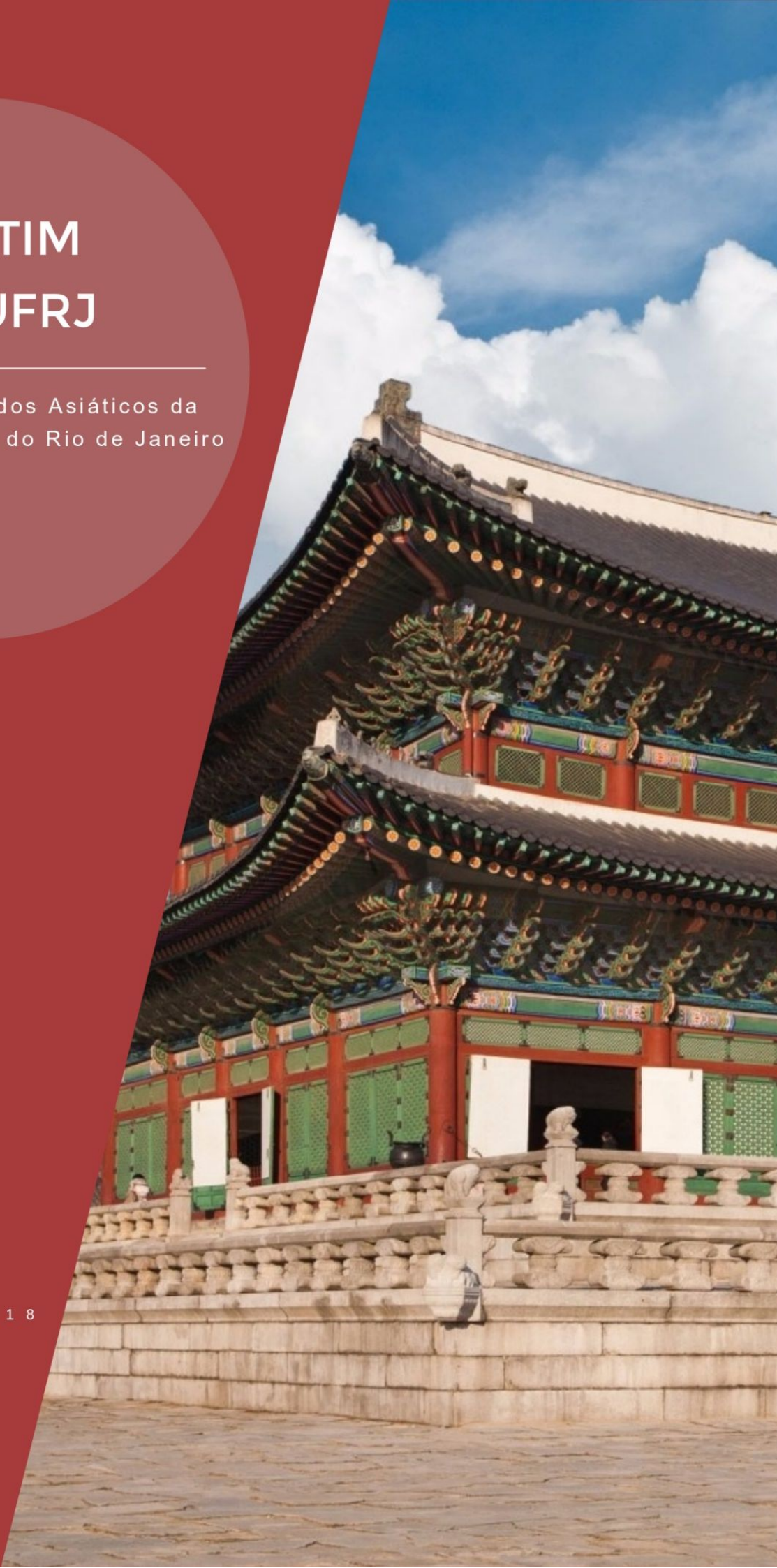
# BOLETIM LEA-UFRJ

Laboratório de Estudos Asiáticos da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANO 2 | Nº 1 |  
FEVEREIRO DE 2018



UFRJ



## **BOLETIM LEA-UFRJ**

**ANO 2 | Nº 1 | FEVEREIRO DE 2018**

O Boletim LEA-UFRJ é uma publicação mensal que reúne análises de conjuntura sobre países, regiões e temáticas referentes à Ásia. O mesmo está vinculado ao Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo composto por editorial e textos redigidos por alunos de graduação e de pós-graduação vinculados às atividades de pesquisa do laboratório. Trata-se de uma iniciativa de extensão universitária, cujo propósito é aproximar a sociedade dos trabalhos desenvolvidos dentro da universidade.

### **Corpo Editorial**

#### **Editor Executivo**

Leonardo Valente Monteiro (UFRJ)

#### **Editora Adjunta**

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

### **Pesquisadores do Laboratório de Estudos Asiáticos da UFRJ**

Dayanne Marques Arantes (UFRJ)

Dimitria Homem de Mello Assis Nunes (UFRJ)

Giovanna Lucio Monteiro Ferreira (UFRJ)

Júlia Souza Izquierdo Penaranda (UFRJ)

Lahissa da Silva Pereira (UFRJ)

Lais Helena Ferreira dos Santos (UFRJ)

Leonardo Mendonça Ventura (UFRJ)

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

Mariana Harouche Fontes (UFRJ)

Marcelo Santos Ribeiro (UFRJ)

Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)

Rafael de Castro Santos (UFRJ)

Rebecca Souza Batista (UFRJ)

Sabrina Rodrigues Pacheco (UFRJ)

Thayane Queiroz Santos de Jesus (UFRJ)

### **Capa e Layout**

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

### **Contato**



Laboratório de Estudos Asiáticos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha – CEP 22290-902

Rio de Janeiro/RJ – Brasil

E-mail: [leari.ufrj@gmail.com](mailto:leari.ufrj@gmail.com)

Site: [leariufrj.wixsite.com/home](http://leariufrj.wixsite.com/home)

# SUMÁRIO

## EDITORIAL

|                                          |    |
|------------------------------------------|----|
| SOBRE A TERCEIRA EDIÇÃO DO BOLETIM ..... | 04 |
|------------------------------------------|----|

## ARTIGOS

|                                                                                                       |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TRUMP E JERUSALÉM: REPERCUSSÃO INTERNACIONAL E AS CONSEQUÊNCIAS DA INTRANSIGÊNCIA ESTADUNIDENSE ..... | 05 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

|                                                                                                                                                                |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| DA FUMAÇA DAS BOMBAS ÀS PORTAS DOS GABINETES: A RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL E O FUTURO DAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ NO CONFLITO ISRAELENSE-PALESTINO ..... | 11 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

|                                                                                                      |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| A CRISE HUMANITÁRIA QUE PERDURA ESQUECIDA AO SUL DA PENÍNSULA ARÁBICA: A GUERRA CIVIL NO IÊMEN ..... | 17 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

|                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------|----|
| A CRISE DIPLOMÁTICA LIBANESA E SEUS DESDOBRAMENTOS GEOPOLÍTICOS ... .. | 23 |
|------------------------------------------------------------------------|----|

|                                                                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| A NOVA TROCA DE GUARDA NO ORIENTE MÉDIO: O FRACASSO DA ESTRATÉGIA AMERICANA E A EMERGÊNCIA DA ORDEM IRANIANA NA SÍRIA E NO IRAQUE ..... | 28 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

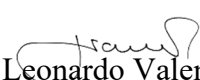
## EDITORIAL

### SOBRE A TERCEIRA EDIÇÃO DO BOLETIM

Em sua terceira edição, o Boletim do Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEA-UFRJ) direciona seu olhar para o Oriente Médio, um dos mais importantes tabuleiros geopolíticos do sistema internacional, pujante em recursos estratégicos e sob influência de grandes potências desde a Antiguidade. Nessa região sensível econômica, política, cultural e religiosamente, toda e qualquer pretensão de mudança do status quo tem desencadeado conflitos de grandes dimensões, o que ressalta sua importância a nível global. De fato, os acontecimentos recentes no que se refere às negociações do conflito israelo-palestino e às reconfigurações de poder entre as potências regionais rivais nos compelem a examinar esse território em maior profundidade na presente edição.

Os dois primeiros artigos, escritos, respectivamente, por Letícia Ferreira e por Dayanne Arantes e Leonardo Ventura, analisam a decisão do presidente estadunidense Donald Trump de reconhecer Jerusalém, local considerado sagrado pelas três maiores religiões monoteístas do globo, como capital única de Israel e transferir sua missão diplomática de Tel Aviv para a cidade santa. Enquanto o primeiro aborda os principais desdobramentos e as reações da comunidade internacional frente à ação unilateral de Washington, o segundo trata do histórico das relações bilaterais entre Estados Unidos e Israel e investiga as possíveis motivações, sobretudo no âmbito doméstico, por trás da decisão de Trump.

Os demais artigos, por sua vez, se concentram na disputa de poder entre Arábia Saudita e Irã na região, nos efeitos da mesma sobre os países vizinhos e na ascensão política e militar do Irã no subcontinente através do combate ao Daesh. No terceiro artigo, Thayane Queiroz versa sobre a guerra civil e a crise humanitária em curso no Iêmen, destacando o peso do apoio saudita e iraniano às forças em embate para o prolongamento e agravamento do conflito. Já o quarto artigo, escrito por Dimitria Nunes e Marcelo Ribeiro se ocupa do acirramento das tensões entre o Líbano e Israel frente à crise diplomática envolvendo o primeiro ministro libanês e a Arábia Saudita, em uma tentativa de reduzir a influência de Teerã e do Hezbollah no país. Por fim, o quinto artigo, escrito por Matheus Alves e Sabrina Rodrigues, pondera como a vitória iraniana na luta contra o Daesh no Iraque e na Síria propagou sua influência sobre a região e, apesar das pressões dos Estados Unidos sobre Teerã, aumentou as chances do país de realizar suas ambições regionais e se projetar para o Mediterrâneo.

   
Leonardo Valente e Letícia Ferreira

Editores

## TRUMP E JERUSALÉM: REPERCUSSÃO INTERNACIONAL E AS CONSEQUÊNCIAS DA INTRANSIGÊNCIA ESTADUNIDENSE

*Letícia Figueiredo Ferreira*

Em 6 de dezembro de 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fez uma declaração oficial reconhecendo Jerusalém como a capital de Israel e anunciando a transferência da embaixada norte-americana, atualmente localizada em Tel Aviv, para a cidade. A decisão se deu 70 anos após a criação do Estado de Israel pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1947, e um século após a conquista britânica de Jerusalém dos otomanos, em 1917. Em uma cidade de divisões profundas, considerada santa para as três maiores religiões monoteístas do globo e reivindicada como capital por israelenses e palestinos, a decisão se mostrou uma linha de fratura perigosa para o destino de todo o Oriente Médio.

Embora tenha afirmado que sua administração iniciaria imediatamente o processo de construção de uma embaixada em Jerusalém, por razões de logística e segurança envolvendo o deslocamento da missão diplomática, Trump assinou uma nova renúncia ao *Jerusalem Embassy Act*<sup>1</sup>, de 1995, logo após seu pronunciamento, atrasando a mudança em pelo menos seis meses (BORGER; BEAUMONT, 2017). Em janeiro deste ano, no entanto, após avaliações iniciais de que o processo de transferência levaria pelo menos três anos, o vice-presidente Mike Pence afirmou que a nova embaixada será aberta em 2019 (JOHNSON, MORRIS, MORELLO, 2018).

O anúncio do presidente rompeu com um consenso internacional de cinquenta anos sobre o não reconhecimento de Jerusalém como capital de um único Estado. Não surpreende, portanto, que esse tenha provocado uma reação inflamada não apenas entre os líderes palestinos e do mundo muçulmano – sendo condenado pela Turquia, Jordânia, Egito, Líbano, Síria e Irã –, mas também entre muitos dos próprios aliados de Washington, como Reino Unido, Alemanha, França e Arábia Saudita – a qual considerou a decisão irresponsável e rejeitou qualquer tentativa de alterar o status quo de Jerusalém e de seus locais sagrados (BORGER, BEAUMONT, 2017).

O governo de Israel felicitou Trump prontamente pelo discurso, descrito pelo primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, como um “passo importante para a paz”. Por outro lado, a agência de segurança doméstica de Israel, Shin Bet, advertiu sobre o risco de violência renovada na cidade e na Cisjordânia, reação análoga à das embaixadas europeias em Jerusalém, que

---

<sup>1</sup> O *Jerusalem Embassy Act* foi uma lei, aprovada pelo Congresso americano em 1995, que reconhecia Jerusalém como a capital de Israel e demandava que a cidade permanecesse indivisa – uma vez que, desde 1967, essa se encontra separada em dois lados, oriental e ocidental. O objetivo dessa era reservar fundos para o deslocamento da embaixada dos Estados Unidos, de Tel Aviv para Jerusalém, até 1999. Embora tenha sido adotada pelo Senado e pela Câmara sem assinatura presidencial, essa permitia que o Presidente invocasse uma renúncia de seis meses à sua aplicação, o que foi feito consecutivamente pelas administrações Clinton, Bush, Obama e Trump, apesar das críticas levantadas pelo último.

alertaram os visitantes para evitar manifestações e encontros públicos. Já Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), afirmou que, excluída a possibilidade de uma solução de dois Estados, os Estados Unidos abdicaram efetivamente de seu papel como mediador das negociações de paz na região. Dessa forma, cortou laços com os negociadores estadunidenses e cancelou reuniões com o vice-presidente Pence. O Hamas, por sua vez, fez um apelo aos palestinos por uma nova Intifada<sup>2</sup> (BORGER, BEAUMONT, 2017).

No mesmo dia, teve início uma série de protestos na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, em Belém e em Jerusalém Oriental após o pedido de líderes palestinos por três “dias de fúria” contra a decisão de Trump. Em Gaza, dois palestinos foram mortos em confronto com o exército israelense e aviões israelenses bombardearam alvos militares em retaliação a um foguete disparado nas cidades israelenses próximas, deixando pelo menos 25 feridos. No Egito, no Líbano, na Jordânia, no Irã, na Indonésia, na Malásia e no Paquistão, manifestantes também se reuniram para protestar contra a decisão. Além disso, grupos militares como a Al-Qaeda e o Daesh incitaram ataques contra os Estados Unidos (BEAUMONT, WINTOUR, 2017).

Dois dias depois, em 08 de dezembro de 2017, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) realizou uma reunião de emergência para discutir o pronunciamento de Trump, após o pedido de oito países – incluindo o Reino Unido e a França, membros permanentes – no órgão composto por quinze membros, incluindo os Estados Unidos. Durante o encontro, representantes dos demais catorze países reiteraram seu repúdio à decisão de Trump, alegando que esse subverteu a solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino, alicerce de longa data da posição da ONU para a resolução das hostilidades. Após a reunião, os embaixadores do Reino Unido, da França, da Suécia, da Alemanha e da Itália emitiram, ainda, uma declaração conjunta condenando a mudança de posição do aliado norte-americano (GLADSTONE, 2017).

Na semana seguinte, em 13 de dezembro, também ocorreu, em Istambul, uma reunião extraordinária da Organização de Cooperação Islâmica (OIC), cúpula que conta com mais de 50 países muçulmanos. Assim como Mahmoud Abbas, o presidente turco, Tayyip Erdogan, reverberando a opinião dos líderes presentes, ressaltou que a decisão estadunidense significava a perda do papel de Washington como intermediário nos esforços para acabar com o conflito israelo-palestino – dada sua posição enviesada a favor de Israel, a despeito das violações de direito internacional cometidas por esse, como a ocupação, a construção de assentamentos, a

---

<sup>2</sup> A Primeira Intifada foi uma revolta palestina contra a ocupação israelense da Cisjordânia e de Gaza, tendo durado desde o final de 1987 até 1993, com a assinatura dos Acordos de Oslo. O protesto assumiu a forma de desobediência civil, greves gerais e boicotes a produtos israelenses, mas foram as manifestações de lançamento de pedra contra as tropas de ocupação fortemente armadas que se tornaram o símbolo da resistência palestina.

apreensão de terras, além de “violência e assassinato desproporcionais”. Erdogan também ressaltou a urgência de se escolher um novo mediador na ONU (KUCUKGOCMEN, 2017).

Um comunicado oficial posteriormente liberado no *website* do Ministério das Relações Exteriores da Turquia caracterizou a movimentação como “uma ameaça deliberada a todos os esforços de paz, um ímpeto (para) o extremismo e o terrorismo e uma ameaça para a paz e a segurança internacionais” (KUCUKGOCMEN, 2017). Tanto nesse comunicado, quanto na chamada “Declaração de Istambul”, distribuída à imprensa após a Cúpula da OIC, os líderes da organização instaram o reconhecimento, pela comunidade internacional, de Jerusalém Oriental como capital da Palestina (Idem, 2017). Cabe frisar que o próprio CSNU considera a parte oriental da cidade como território ocupado – visto que essa foi anexada por Israel durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, em ação não reconhecida internacionalmente – e que seu status deve ser resolvido através de negociações entre israelenses e palestinos (GLADSTONE, 2017).

Frente às críticas recebidas, o Departamento de Estado dos Estados Unidos reiterou o compromisso do país com o processo de paz no Oriente Médio, sublinhando que a decisão de Trump não afetou as fronteiras finais da cidade, as quais ainda dependem das negociações de paz. Entretanto, quando questionado sobre a possibilidade Jerusalém Oriental ser reconhecida como a capital de um futuro estado palestino, porta-vozes do órgão afirmaram somente que a determinação deveria ser deixada para as negociações finais entre as partes envolvidas na lide (KUCUKGOCMEN, 2017) – de forma análoga ao que é a ONU defende, porém, contradizendo a decisão inicial de reconhecer Jerusalém como capital apenas de Israel.

No dia 18 de dezembro, o CSNU voltou a se reunir, dessa vez para votar um projeto de resolução que reiterava a posição das Nações Unidas a respeito de Jerusalém e rejeitava a ação unilateral estadunidense. O texto, proposto pelo Egito, afirmava que qualquer ato que pretenda alterar o caráter, o status ou a composição demográfica da cidade santa não tem efeito legal e deve ser rescindido, em conformidade com as resoluções do Conselho e o Direito Internacional; além de recomendar que os Estados Unidos se abstivessem de estabelecer missões diplomáticas na cidade. Como membro permanente e exercendo seu direito de veto, Washington bloqueou a aprovação da resolução pelos demais membros, todos favoráveis à mesma (ONU, 2017).

Segundo avaliação do Coordenador Especial para o processo de paz no Oriente Médio da ONU, Nickolay Mladenov, a segurança em Israel e no território palestino ocupado tornou-se mais precária após a decisão estadunidense de reconhecer Jerusalém como a capital de Israel, citando um aumento no número de incidentes, especialmente no disparo de foguetes de Gaza e nos conflitos entre palestinos e forças de segurança israelenses. O relatório de Mladenov

também revelou que, apesar da implementação da resolução 2334 do CSNU<sup>3</sup>, a construção de assentamentos israelenses no território palestino ocupado ainda prossegue, tendo passado de 1.600 unidades em 2016 para cerca de 3.100 em 2017 (ONU, 2017).

Frente ao veto norte-americano à resolução do Conselho de Segurança para evitar a mudança da posição histórica de Jerusalém, a Assembleia Geral da ONU (AGNU) realizou, em 21 de dezembro, uma sessão especial, mais uma vez de emergência, convocada pelo Iêmen e pela Turquia. Nela, 128 países votaram a favor de uma resolução – de texto muito semelhante ao vetado no Conselho de Segurança – que condenou a mudança de status de Jerusalém, decisão que só caberia no âmbito das negociações diretas entre israelenses e palestinos. Apenas Estados Unidos, Israel, Guatemala, Honduras e outros cinco países votaram contra, havendo, ainda, 35 abstenções. A representante dos Estados Unidos na ONU, Nikki Haley, considerou a resolução uma “agressão” à soberania, aos valores e aos interesses do país (POZZI, 2017).

Ainda que as resoluções da Assembleia Geral não sejam vinculantes e, portanto, seu cumprimento não seja obrigatório, antes da votação, Washington ameaçou retirar sua ajuda financeira aos países que apoiassem a mesma (POZZI, 2017). Direccionada, sobretudo, aos membros africanos, asiáticos e latino-americanos mais vulneráveis às pressões estadunidenses, a ameaça parece explicar o alto número de abstenções e uma parte dos votos contrários. Novos ultimatos voltariam a ser dados por Washington no início deste ano, quando, em 02 de janeiro, Trump ameaçou cortar fundos para a Autoridade Palestina caso essa continuasse se recusando a retomar as negociações de paz com Israel (BEAUMONT, 2018).

Acirrando ainda mais as tensões no Oriente Médio, nesse mesmo dia os legisladores israelenses aprovaram um projeto de lei que torna mais difícil dividir Jerusalém. O projeto, que estipula a necessidade de dois terços de apoio no parlamento israelense, o Knesset, para que Israel abra mão do controle sobre qualquer parte da cidade santa para uma entidade estrangeira, é entendido como uma forma de dificultar a cessão do lado oriental da cidade como capital de um potencial estado palestino independente. A Organização para a Libertação Palestina (OLP) responsabilizou os Estados Unidos pelo ocorrido, apontando que a decisão de Trump abriu precedente para que o Knesset aprovasse uma lei que, efetivamente, institui Jerusalém como capital não-compartilhada de Israel (AL JAZEERA, 2018).

O presidente palestino, Mahmoud Abbas, por sua vez, em 14 de janeiro, denunciou os esforços de paz da Casa Branca como sendo “a bofetada do século” e acusou Israel de dar fim

---

<sup>3</sup> Aprovada por 14 votos em dezembro de 2016, com abstenção dos Estados Unidos, essa resolução reafirmava a ilegalidade, perante o Direito Internacional, do estabelecimento de assentamentos israelenses no território palestino ocupado desde 1967, incluindo Jerusalém Oriental.

aos Acordos de Paz de Oslo de 1993 a respeito da autonomia palestina; solicitando uma mediação internacional do processo de paz. No dia seguinte, os líderes palestinos votaram para pedir a suspensão do reconhecimento de Israel pela OLP, mas a implementação da decisão permanece nas mãos de Abbas (THE TIMES OF ISRAEL, 2018). Já em 16 de janeiro, em retaliação às ações palestinas, Washington, responsável por quase um terço do orçamento da agência, cortou US\$ 65 milhões da ajuda destinada à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA) (SAMPATHKUMAR, 2018).

Destarte, diante dos acontecimentos dos últimos dois meses, o conflito israelo-palestino volta a ocupar o centro das atenções de toda a comunidade internacional. A decisão dos Estados Unidos de reconhecer Jerusalém como a capital do Estado de Israel, condenada amplamente, rompeu com um consenso há muito instituído e, desde então, tem ameaçado a manutenção da paz na região, onde já se observa o início de uma nova resistência dos palestinos e se contabiliza o número de mortos e feridos decorrente de enfrentamentos desses com o exército israelense.

Ademais, também nos países vizinhos crescem as preocupações com o fortalecimento de Israel e o aumento do seu controle sobre um território que pode desencadear uma nova guerra religiosa. Apesar da apreensão geral, no entanto, Washington segue intransigente, se recusando a voltar atrás em sua decisão e pressionando todos aqueles que se opõem à sua permanência na mediação de um conflito em que essa fez questão de tomar parte. Com tal postura, ameaça o futuro de uma região que, sob interferência perene das grandes potências, têm historicamente sido o barril de pólvora dos tabuleiros geopolíticos do sistema internacional.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BEAUMONT, Peter. Trump threatens to cut US aid to Palestinians. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2018/jan/03/trump-threatens-cut-aid-palestinians-peace-talks>>. Último acesso em: 16 de janeiro de 2018.

BEAUMONT, Peter; WINTOUR, Patrick. Two Palestinians shot dead and one critical in riots after Trump speech. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/dec/08/palestinian-shot-dead-in-gaza-as-protesters-clash-with-israeli-troops-in-west-bank>>. Último acesso em: 16 de janeiro de 2018.

BORGER, Julian; BEAUMONT, Peter. Defiant Donald Trump confirms US will recognise Jerusalem as capital of Israel. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2017/dec/06/donald-trump-us-jerusalem-israel-capital>>. Último acesso em: 16 de janeiro de 2018.

GLADSTONE, Rick. U.S. Faces Blunt Criticism at U.N. Over Jerusalem Decree. **The New York Times**, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/12/08/world/middleeast/un-jerusalem-security-council.html>>. Último acesso em: 16 de janeiro de 2018.

Israeli bill strengthens East Jerusalem occupations. **Al Jazeera**, 2018. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2018/01/israel-passes-bill-making-harder-divide-jerusalem-180102051600496.html>>. Último acesso em: 16 de janeiro de 2018.

JOHNSON, Jenna; MORRIS, Loveday; MORELLO, Carol. Pence says U.S. Embassy to make Jerusalem move next year on faster timetable. **The Washington Post**, 2018. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/world/middle\\_east/in-jerusalem-pence-optimistically-declares-new-era-for-peace-talks-even-as-palestinians-snob-visit/2018/01/22/60ee5930-ff52-11e7-bb03-722769454f82\\_story.html?utm\\_term=.07ddb561373e](https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/in-jerusalem-pence-optimistically-declares-new-era-for-peace-talks-even-as-palestinians-snob-visit/2018/01/22/60ee5930-ff52-11e7-bb03-722769454f82_story.html?utm_term=.07ddb561373e)>. Último acesso em: 22 de janeiro de 2018.

KUCUKGOCMEN, Ali. Muslim leaders call on world to recognise East Jerusalem as Palestinian capital. **Reuters**, 2017. Disponível em: <<https://uk.reuters.com/article/uk-usa-trump-israel-oic/muslim-leaders-call-on-world-to-recognise-east-jerusalem-as-palestinian-capital-idUKKBN1E731V>>. Último acesso em: 16 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Middle East: Security Council fails to adopt resolution on Jerusalem. **UN News Centre**, 2017. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=58307#.WnndO6inHIU>>. Último acesso em: 16 de janeiro de 2018.

Palestinian leaders vote to urge PLO to suspend recognition of Israel. **The Times of Israel**, 2018. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/palestinian-leaders-urge-plo-to-suspend-recognition-of-israel/>>. Último acesso em: 18 de janeiro de 2018.

POZZI, Sandro. 128 países votam na ONU contra a declaração de Trump sobre Jerusalém. **El País**, 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/21/internacional/1513856371\\_750646.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/21/internacional/1513856371_750646.html)>. Último acesso em: 16 de janeiro de 2018.

SAMPATHKUMAR, Mythili. Trump administration cuts aid to Palestinians by more than half. **The Independent**, 2018. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/americas/us-politics/trump-palestine-aid-payments-money-cut-half-un-fund-latest-a8162876.html>>. Último acesso em: 18 de janeiro de 2018.

## DA FUMAÇA DAS BOMBAS ÀS PORTAS DOS GABINETES: A RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL E O FUTURO DAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ NO CONFLITO ISRAELENSE-PALESTINO

*Dayanne Marques Arantes  
Leonardo Mendonça Ventura*

A relação entre os Estados Unidos e Israel foi oficialmente iniciada na década de 1940. No referido período, a Europa fervilhava frente à Segunda Guerra Mundial e o mundo comovia-se com a descoberta – ao fim da década – do Holocausto judeu na Alemanha nazista. Durante o conflito, os judeus eram fortemente apoiados pela União Soviética no tocante à criação do Estado de Israel e à recondução deste povo ao Oriente Médio; movimento denominado sionismo. No entanto, a região – então totalmente palestina – recebia apoio britânico, devido aos acordos comerciais que o Reino Unido possuía com aqueles territórios.

Em meio a tal tensão, estavam os norte-americanos, que, sendo aliados britânicos e concorrentes soviéticos, possuíam uma posição delicada, visto que não eram contrários aos anseios dos judeus, mas tampouco poderiam prejudicar suas relações com as demais potências envolvidas ou permitir que a União Soviética comandasse as regiões árabes, ricas em petróleo. Porém, ao perceberem que seria mais fácil expulsar completamente os britânicos das terras árabes com ajuda dos próprios nativos, a URSS mudou de lado no jogo político e pôs-se contra o movimento sionista. Essa foi a abertura para que os Estados Unidos tomassem partido oficialmente na causa israelense (MENEZES, 2015).

A criação oficial do Estado de Israel data de 1948, mas, em meio às várias guerras árabes-israelenses e aos acordos entre os países da região, esse levou mais tempo para se consolidar. Foi a partir da chamada Guerra dos Seis dias, em junho 1967, que os Estados Unidos perceberam o potencial de domínio israelense e o quanto poderiam beneficiar-se de tê-los como aliados e como potência representante de seus interesses dentro do Oriente Médio. Assim, aumentaram seu suporte militar e econômico, apadrinhando o país judeu (Idem, 2015).

Desde então, as relações entre Estados Unidos e Israel, como afirma César Xavier Bezerra de Menezes (2015), tornou-se uma “relação de pai e filho”. Por outro lado, indo além em sua pesquisa, Menezes afirma que a ajuda estadunidense ao Estado de Israel é maior do que qualquer benefício financeiro e bélico jamais concedido à outra nação. Os Estados Unidos chegaram a prejudicar sua economia ao enviar quantias surreais para manter o poder militar israelense superior ao dos palestinos, o que leva muitos pesquisadores a questionarem os reais motivos ou pretensões que tornam os norte-americanos defensores incondicionais de Israel.

É fato que o movimento sionista é forte nos Estados Unidos. A parcela mais influente do país, desde políticos a grandes empresários, é composta por judeus e defensores da causa sionista. Inclusive, dada a composição do eleitorado norte-americano, uma posição favorável à causa judaica-sionista eleva – senão determina – as chances de vitória de um candidato à presidência. Tal margem de influência do pró-sionismo é denominada “*lobby israelense*”, uma “ala” israelense grande e bastante poderosa (MENEZES, 2015). Logo, há um controle e poder de barganha sionista significativo dentro da maior potência global, o que clarifica o apadrinhamento de um Estado pequeno e em constante conflito por uma potência global.

À primeira vista, o possível retorno que Washington recebe desta ajuda é praticamente nulo, se observarmos da ótica financeira direta entre Israel e Estados Unidos. Entretanto, interesses estratégicos como os de enfraquecer Estados árabes, como a Palestina, e manter uma base aliada igualmente incondicional no Oriente Médio, além de questões político-financeiras relacionadas aos sionistas estadunidenses, caem em peso na balança de decisões. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos permanecem em uma posição delicada onde necessitam manter o equilíbrio entre palestinos e israelenses na região, visando manter assegurados seus interesses geoestratégicos e políticos no Oriente Médio.

Frente a essa profunda relação histórica entre Israel e os Estados Unidos, é imperativo buscar as motivações que levaram os *decision makers* norte-americanos a serem a favor da transferência de sua embaixada em Tel Aviv para Jerusalém. É preciso compreender os fatores internos e externos da decisão política que, caso concretizada, não somente coloca em risco anos de longas e difíceis negociações de paz, como também, e principalmente, será causa de uma nova – e, possivelmente, a maior – instabilidade na região.

De acordo com uma recente pesquisa produzida pelo *think-tank Brookings Institution* a respeito de como o cidadão norte-americano encara a transferência da embaixada, tem-se que, dentre todos os entrevistados, 63% rejeita a proposta, ao passo que 31% concorda com a política da administração Trump (TELHAMI, 2017). Nesse sentido, ao analisar os fatores que levaram à decisão de Trump e seus secretários no que versa sobre o conflito israelo-palestino, é importante examiná-lo enquanto uma *up-to-down politics*; isto é, uma política que não parte da sociedade como um todo, mas sim de determinados grupos com alto poder político e econômico – tendo em vista sua capacidade de influência nos assuntos de Estado.

Por outro lado, considerando uma reportagem do *Middle East Eye* (portal independente de notícias sobre o Oriente Médio), observa-se que, em acordo com Shibley Telhami (2017), Trump tem orientado suas decisões em torno dos anseios de sua base aliada. Dessa forma,

apesar de 63% dos entrevistados da sociedade civil estadunidense ser contra a transferência de sua embaixada para Jerusalém, dentre os cristãos evangélicos esse número decai para 40%, ao passo que a aprovação sobre para 53% (REINL, 2017).

Além disso, há também a pressão de fortíssimos *lobbies*, já citados anteriormente, que corrobora para a tese de que o reconhecimento de Jerusalém como capital indivisível de Israel por Washington está sendo orquestrado por uma determinada elite política e econômica com significativa ingerência e influência no processo de tomada de decisões do país. É o caso, por exemplo, do *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC), ao qual Trump, em sua campanha presidencial, havia prometido mover a embaixada norte-americana para a eternal capital do povo judeu, Jerusalém (REINL, 2017).

Entretanto, apesar dos números apontados e da recorrência de simpatizantes à causa sionista entre membros do congresso norte-americano (como, por exemplo, entre políticos afiliados a questões evangélicas e de extrema-direita), não há evidências que apontem que esse fator isolado esgote os motivos que levaram a administração Trump a esse momento. O mesmo pode ser dito para o apoio e financiamento feito por instituições pró-Israel – como o AIPAC – à campanha e ao governo de Donald Trump.

Ademais, outra visão interessante acerca desses últimos acontecimentos na Política Externa norte-americana para o Oriente Médio diz respeito à idéia de que a administração Trump age de maneira enviesada em torno de Israel, o que resultaria na interferência de interesses pessoais daqueles que estão, agora, envolvidos com o processo de paz no conflito Israelense-Palestino (REINL, 2017). Em outras palavras, acredita-se que as nomeações de Jared Kushner, genro de Trump e amigo familiar de Benjamin Netanyahu, para Conselheiro Sênior em assuntos do Oriente Médio (BAKER, 2017; SHEPP, 2017), e de Jason Greenblat, advogado e judeu ortodoxo envolvido na campanha de Trump, para Negociador Chefe para a questão Israel-Palestina (KAMPEAS, 2017; CAHILL, 2017) refletem um posicionamento político inclinado aos interesses israelenses.

Há, ainda, aqueles que acreditam que toda essa movimentação se trata de uma manobra cuja *raison d'être* reside na tentativa de redirecionar a opinião pública do país para assuntos externos, tendo em vista os sucessivos fracassos e constrangimentos de Trump ao buscar aprovação para as medidas contidas em seu programa político. Esse não somente não logrou êxito em autorizar a substituição do *Obamacare* e os sucessivos *travel bans* – que geraram constrangimento internacional para Trump, em razão tanto de seu conteúdo quanto do fato de estarem direcionadas a países aliados aos estadunidenses em diferentes causas –, como também

teve frustrada a construção do muro anti-imigração na fronteira com o México. Assim, diferentes jornalistas e pesquisadores acreditam que o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel configura-se, em verdade, como uma forma desesperada de provar a eficiência de seu governo; principalmente porque, graças à Lei de 1995, essa transferência pode ser dada por meio de uma ação unilateral do presidente do país (WAXMAN, 2017).

Contudo, tal qual anteriormente colocado, centrar a análise desse tema somente na leitura dele enquanto uma manobra política do presidente Trump é, ao mesmo tempo, uma tarefa reducionista e errônea. Ao fazê-la, ignora-se a dinâmica que o perpassa, isto é, a mediação enviesada estadunidense de um conflito político-religioso; seus atores, os quais representam povos e não papéis ou prédios de embaixadas; e sua historicidade. É preciso frisar, dessa forma, que o presente trabalho é um esforço de colocar em perspectiva os mais diferentes fatores que possam ter influenciado o governo norte-americano a reconhecer Jerusalém como capital de Israel, tendo em vista a complexidade do assunto.

Ao futuro das negociações de paz, tem-se uma estrada de barro, com muitos buracos e uma ponte quebrada ao fim. Como mediador do processo de paz, Washington encontra-se totalmente desacreditada por boa parte da Comunidade Internacional, tendo em vista sua clara disposição em favorecer Israel em qualquer acordo que venha a ser firmado. Outrossim, em comunicado oficial, a Organização Para Libertação Palestina (OLP) declarou que “não aceitará nenhuma oferta para as negociações a menos que a decisão americana sobre Jerusalém seja cancelada”, como também, em pedido ao governo palestino, demandou o fim de todas as formas de relações com Israel (EBC, 2018). Nesse sentido, apesar, inclusive, da retaliação da Organização das Nações Unidas, não houve a retirada da ação unilateral norte-americana. Destarte, *vis-à-vis* essa conjuntura, observa-se que as negociações de paz entre Israel e Palestina encontram-se forçosamente impossibilitadas.

Para compreender os motivos que alicerçam o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel pelos Estados Unidos, faz-se necessário, portanto, a construção de um esforço de análise multifacetada. Devem ser levados em consideração diferentes fatores e atores que, por meio de sua influência, acabaram por convergir nesse gesto. Se, por um lado, há o apoio de eleitores evangélicos e de instituições sionistas, por outro há o perfil pouco neutro do presidente e de seus homens e mulheres, que, quando colocados em perspectiva, podem ilustrar a interferência de interesses político-econômicos privados sobre uma questão pública extremamente delicada. O que se pode depreender, por fim, desse impasse, é a evolução de um cerco ao Estado Palestino, formado por uma aliança política e histórica entre Estados Unidos e

Israel, que aproveitam o terreno fértil no cenário político estadunidense para fazer valer a narrativa sionista nas negociações de paz.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN ISRAEL PUBLIC AFFAIRS COMMITTEE (AIPAC). Disponível em: <<https://www.aipac.org/>>. Último acesso em: 04 de março de 2018.

BAKER, Peter. Trump Team Begins Drafting Middle East Peace Plan. **The New York Times**, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/11/11/world/middleeast/trump-peace-israel-palestinians.html>>. Último acesso em: 04 de março de 2018.

CAHILL, Petra. Can Trump's Ex-Lawyer Jason Greenblatt Achieve Middle East Peace?. **NBC News**, 2017. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/news/world/can-trump-s-ex-lawyer-jason-greenblatt-achieve-middle-east-n786671>>. Último acesso em: 03 de março de 2018.

OLP Não Negociará Paz Se EUA Não Anularem Decisão Sobre Jerusalém. **Agência Brasil (EBC)**, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-01/olp-nao-negociara-paz-se-eua-nao-anularem-decisao-sobre-jerusalem>>. Último acesso em: 05 de março de 2018.

MENEZES, César Xavier Bezerra de. **A construção e o desenvolvimento das relações entre Israel e os Estados Unidos**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Relações Internacionais. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2015. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9792/1/PDF%20-%20C3%A9sar%20Xavier%20Bezerra%20de%20Menezes.pdf>>. Último acesso em 26 de fevereiro de 2018.

KAMPEAS, Ron. An unlikely negotiator, Jason Greenblatt is pushing ahead by listening up. **The Times of Israel**, 2017. Disponível em: <<https://www.timesofisrael.com/an-unlikely-negotiator-jason-greenblatt-is-pushing-ahead-by-listening-up/>>. Último acesso em: 04 de março de 2018.

REINL, James. Analysis: Four theories behind Trump's Jerusalem embassy move. **Middle East Eye**, 2017. Disponível em: <<http://www.middleeasteye.net/news/analysis-reasons-behind-trump-s-jerusalem-embassy-move-1535530822>>. Último acesso em: 04 de março de 2018.

TELHAMI, Shibley. The Middle East And Russia: American Attitudes On Trumps Foreign Policy. **Brookings**, 2017. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/research/the-middle-east-and-russia-american-attitudes-on-trumps-foreign-policy/>>. Último acesso em: 04 de março de 2018.

SHEPP, Jonah. Why Is Trump Intent on Moving the U.S. Embassy to Jerusalem?. **New York Magazine**, 2017. Disponível em: <<http://nymag.com/daily/intelligencer/2017/12/why-is-trump-intent-on-moving-the-u-s-embassy-to-jerusalem.html>>. Último acesso em: 03 de março de 2018.

WAXMAN, Olivia B. The 1995 Law Behind President Trump's Plan to Move the U.S. Embassy in Israel to Jerusalem. **Time**, 2017. Disponível em: <<http://time.com/5049019/jerusalem-embassy-history/>>. Último acesso em: 05 de março de 2018.

## A CRISE HUMANITÁRIA QUE PERDURA ESQUECIDA AO SUL DA PENÍNSULA ARÁBICA: A GUERRA CIVIL NO IÊMEN

*Thayane Queiroz Santos de Jesus*

Desde 2015, o Iêmen é palco de uma guerra civil que mergulha o país em um cenário alarmante de catástrofe humanitária. O conflito, que opõe o movimento rebelde Houthi às forças governamentais comandadas pelo presidente Abd Habbuh Mansur Al-Hadi, é alavancado e se generaliza a partir de ofensivas militares empreendidas pelo vizinho saudita. Nesse complexo xadrez se envolvem tanto peças regionais – como a Arábia Saudita, os países sunitas a ela coligados e o Irã – quanto extrarregionais, mas é a população iemenita quem, decerto, sente em doses paulatinas os efeitos perversos de um xeque mate.

A guerra se desdobra da Primavera Árabe que, em seu espraiamento, chega ao Iêmen em 2011. Em tal contexto, no poder estava o oficial militar Ali Abdullah Saleh, que já dirigia o país há 33 anos<sup>4</sup> (LAUB, 2015). A insatisfação popular com respeito a seu governo tem seu ápice em 2011, frente a um cenário de fragilidade econômica, inflação e desemprego. Saleh, acusado de governar por vias autoritárias e corruptas, chega a concentrar uma fortuna de 60 bilhões de dólares por meios escusos (AL JAZEERA, 2017 b).

Mediante às pressões doméstica e externa, e, uma vez assegurada imunidade para si e seus familiares, Saleh assente com o plano de transição política para o Iêmen capitaneado pelo Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo<sup>5</sup> e pelos Estados Unidos (LAUB, 2015). Desse modo, é dada a transferência de poder para o então vice-presidente, Abd Habbuh Mansur Al-Hadi, por um período de dois anos. Tal medida é referendada na eleição de 2012, da qual Hadi fora o candidato único. Mesmo boicotada pelo grupo Houthi e pelos separatistas do sul, a eleição angaria a participação de 65% dos eleitores iemenitas e recebe o reconhecimento da comunidade internacional (AL JAZEERA, 2017 b).

Hadi, em seu discurso de posse, admite a existência de “crises complexas e interligadas” (HADI apud KASINOF, 2012), com as quais teria de lidar ao longo do seu mandato. Para além de um quadro de insegurança alimentar, desemprego e corrupção, o governo de Hadi herda uma série de desafios, cristalizados nas demandas separatistas

---

<sup>4</sup> Demarcando o fim da guerra fria no mundo árabe, em 1990 a República Democrática Popular do Iêmen (Iêmen do Sul) e a República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) foram unificadas. O Iêmen do Sul contava com o suporte soviético, ao passo que o Iêmen do Norte era sustentado pelos Estados Unidos e Arábia Saudita (LAUB, 2015). Saleh governava o Iêmen desde 1978 e seguiu presidente do país unificado, a partir de 1990.

<sup>5</sup> Organização para a integração econômica dos países do Golfo Pérsico composta por: Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait.

difundidas pelo sul do país; na resistência do movimento Houthi, atuante no norte; e na fidelidade de muitas figuras, no âmbito militar, ao ex-presidente Saleh (BBC, 2018).

Se hoje o movimento Houthi<sup>6</sup> configura a principal força política de confrontação ao poder de Hadi, suas raízes remontam ao fim da década de 1980, quando o grupo surge na forma de um movimento cultural e religioso, de cunho revivalista, entre os praticantes da corrente zaidita do xiismo. Concentrados no norte do país, os Houthis representavam uma minoria frente a um Iêmen de majoritária orientação sunita. Em termos de atuação política, os Houthis se tornam ativos a partir de 2003, manifestando sua incompatibilidade com o apoio de Saleh aos Estados Unidos, no que tange à invasão ao Iraque. Sabe-se que, entre 2004 e 2010, os Houthis se rebelaram seis vezes contra as forças do regime de Saleh (LAUB, 2015).

Abdullah Saleh, muito embora deposto em 2011, permanecia peça ativa nos rumos políticos do Iêmen. Afastado do poder, o ex-presidente termina por se aliar, de forma tática, aos seus antigos opositores, convocando seus aliados dentro das forças armadas a conjugar esforços com os Houthi e a engrossar as fileiras de oposição ao governo de Hadi. A aliança com Saleh permite aos insurgentes assumir o controle da capital, Saná, reivindicando preços mais módicos para os combustíveis e a fundação de um novo governo. Na esteira de diversos fracassos nas negociações, algumas encabeçadas pelas Nações Unidas, os rebeldes tomam o palácio presidencial, em janeiro de 2015, enclausurando o presidente Hadi e membros do seu governo em prisão domiciliar e os demitindo de suas funções (LAUB, 2015).

Em seguida, os Houthis ensaiam sua própria declaração constitucional, em fevereiro de 2015, o que, ao ser visto com repúdio pela comunidade internacional, acarreta o fechamento de embaixadas iemenitas nos Estados Unidos e em países da União Europeia e do Golfo. O Conselho de Segurança das Nações Unidas também expressa sua preocupação com o caso e invoca a retirada dos rebeldes do governo e das instituições de segurança do país, o que, porém, é inócuo, dado que os Houthis prosseguem em sua empreitada em direção ao sul, até que logram cercar o estratégico porto da cidade de Áden, em março de 2015 (LAUB, 2015).

Tal avanço rebelde alardeia a Arábia Saudita. De pronto, o reino lidera e engaja os países do Golfo em uma coalizão que inaugura campanhas sistemáticas de ataques aéreos contra os Houthis, a partir de março de 2015. O conflito, assistido pelos Estados Unidos, França e Inglaterra, em matéria de logística e inteligência, é o primeiro conduzido pelo novo rei saudita, Salman, e por seu filho, que chefia o Ministério de Defesa (LAUB, 2015). A Arábia Saudita

---

<sup>6</sup> De acordo com Peter Salisbury, os Houthis, que preferem ser conhecidos por *Ansar Allah* (partidários de Deus), se ramificam do partido zaidita Al-Haq, erguido com o fito de contestar a primeira eleição unificada do legislativo iemenita, em 1993 (SALISBURY, 2015).

intervém nessas proporções nos rumos da nação contígua por temer a existência de um vizinho hostil a seus interesses em seu flanco sul. Segundo Salisbury (2015), líderes sauditas pregam uma “política de contenção e manutenção” no que se refere ao Iêmen, já que, se por um lado interessa ao poder saudita um vizinho enfraquecido, por outro, é indesejável um Iêmen colapsado a ponto de ocasionar ameaças à segurança do reino, por exemplo, de natureza migratória e fronteiriça.



Outrossim, o Iêmen se inscreve no quadro maior de rivalidades e disputas travadas entre Arábia Saudita e Irã por maior influência regional. O Irã, cujo prestígio prepondera em Beirute, Bagdá e Damasco (LAUB, 2015), é acusado de munir e financiar os rebeldes Houthis no Iêmen, muito embora a posição oficial iraniana negue envolvimento na guerra em curso. Segundo a Arábia Saudita, os Houthis são uma organização “terrorista” que pode, em meio à conjuntura iemenita, ensejar a presença de Teerã nas fronteiras ao sul do reino (AL JAZEERA, 2017 b).

As tensões se agudizam ao ponto da Arábia Saudita acusar o Irã de praticar um ato de guerra contra o reino, em novembro de 2017, quando do disparo de um míssil balístico em direção à capital saudita, Riad, promovido pelo grupo Houthi. Segundo a declaração saudita, um exame de detritos comprovou a participação do regime iraniano na fabricação do míssil, arma que então teria chegado nas mãos dos rebeldes por meio do contrabando. Em tom de repúdio, o comunicado interpreta o episódio como um atentado contra “o Reino, seu povo e interesses vitais” (AL JAZEERA, 2017 a).

Ainda que o Irã denegue sua participação na guerra civil iemenita, não deixa de ser manifesta a confluência entre seus interesses geopolíticos e os do grupo Houthi: se o Irã visa desafiar a dominância estadunidense e saudita no Oriente Médio, o país encontra nos Houthis um forte aliado para combater, dentro do Iêmen, o governo de Hadi, apoiado pelos Estados Unidos e pela Arábia Saudita. No seio dessa disputa regional, ao menos no *front* iemenita, os objetivos iranianos são mais fáceis de lograr que os sauditas, na medida em que eliminar a influência do Irã na Península Arábica e, por conseguinte, os *proxies* iranianos no Iêmen, é uma

tarefa mais difícil do que simplesmente manter a guerra viva, despendendo dos recursos e mão-de-obra sauditas (SNYDER, 2017). Como justifica Xander Snyder (2017), o resultado ideal para o Irã seria um desfecho que incorporasse os Houthis em uma forma de governo legitimado, semelhante ao arranjo de Hezbollah no Líbano, mas, na ausência disso, já seria favorável para o referido país manter o rival saudita distraído e envolto na guerra em sua fronteira sul.

Já pela ótica estadunidense, o Iêmen assume importância por diversas razões. Entre elas está uma atinente à segurança energética dos Estados Unidos, posto que por sua localização geográfica, o Iêmen margeia o estreito de Bab-el-Mandeb, um ponto de estrangulamento entre o Mar Vermelho e o Índico, pelo qual trafegam 4,7 milhões de barris de petróleo diariamente (LAUB, 2015). Além disso, interessa aos Estados Unidos assegurar a estabilidade no Iêmen, possibilitando a instalação de um governo em Saná aberto a cooperar com os programas norte-americanos de contraterrorismo. Em virtude da presença, na Península Arábica, do braço considerado mais perigoso da Al-Qaeda (AQAP), devido à sua experiência técnica e alcance global (BBC, 2018), faz-se mister aos Estados Unidos manter o Iêmen sob controle.

Entretanto, o desenrolar da guerra civil tem tornado o sul do país um território profícuo à atuação e expansão não só da AQAP, mas de filiações do Estado Islâmico, que proliferam ataques contra Áden, uma importante cidade portuária. Mesmo fornecendo apoio logístico à coalizão árabe, coordenada pela Arábia Saudita, e estacionando navios de guerra no Golfo de Áden, oficiais estadunidenses pressionam por restringir os bombardeios, posto que escalonar o conflito poderia, na verdade, minar e tornar mais longínquo o interesse direto estadunidense no local, a saber, o retorno ao regime de transição e a estabilização do Iêmen (LAUB, 2015).

A postura intransigente de ambos os lados da guerra, para Zachary Laub (2015), só militariza as divisões entre os partidos no Iêmen e mitiga os esforços que conduzem à mesa de negociação. A radicalização dos Houthis é tamanha que culmina, em dezembro de 2017, no assassinato do ex-presidente Saleh – peça-chave para os insurgentes – após o mesmo anunciar um desejo de cessar-fogo, de pôr fim ao cerco terrestre, marítimo e aéreo que estrangula o Iêmen e retornar o diálogo com a Arábia Saudita (AL JAZEERA, 2017 b).

O futuro do conflito ainda é incerto, mas, após as exitosas ofensivas dos separatistas do sul sobre Áden, foi a própria coalizão árabe que, disposta a recuar, pediu um cessar-fogo. As Forças de Resistência Sulista cercaram o palácio presidencial – fixado na cidade de Áden, após a tomada da capital, Saná, pelos Houthis – depois de dias de enfrentamento com as tropas governamentais. Diante da tensão, espera-se que o primeiro-ministro iemenita Ahmed Obaid Bin Daghar deixe o país (O GLOBO, 2018).

O cenário é de caos e de aguda crise humanitária em terras iemenitas. O bloqueio a portos e aeroportos levado à cabo pela coalizão saudita impede a chegada de alimentos, combustíveis e suprimentos básicos ao país mais pobre do mundo árabe, o qual necessita importar 80% dos alimentos que consome, segundo a OXFAM (LAUB, 2015). Forçada a subsistir dentro dos limites do absoluto intolerável, a população iemenita agoniza e os números não escondem tal realidade: as Nações Unidas informam que cerca de 75% da população precisa de assistência humanitária, “incluindo 11,3 milhões de crianças” (ONU, 2017).

Pelo menos 60% dos iemenitas vivem sob condições de insegurança alimentar e 16 milhões de pessoas estão privadas do acesso à água potável e a saneamento básico adequado (ONU, 2017). O número de mortos já havia superado os 100 mil, no início de 2017, com pelo menos 40 mil feridos registrados (SCHUSTER, 2017). Além de experimentar “a pior crise de fome que o mundo vive em décadas” (ONU apud SCHUSTER, 2017), o Iêmen atravessa um surto de cólera – considerado o pior do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde –, no qual mais de 5 mil pessoas apresentam diariamente sintomas da doença (EBC, 2017). À luz desses números, não resta dúvidas de que são os iemenitas, entre bombardeios, epidemias e um estado generalizado de penúria, que recebem um xeque-mate, antes mesmo do desfecho do jogo; jogo esse ritmado por disputas geopolíticas maiores que se desdobram por todo o tabuleiro do Oriente Médio.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

KASINOF, Laura. Yemen Swears In New President to the Sound of Applause, and Violence. **New York Times**, 2012. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2012/02/26/world/middleeast/abed-rabu-mansour-hadi-sworn-in-as-yemens-new-president.html?\\_r=1&ref=global-home](http://www.nytimes.com/2012/02/26/world/middleeast/abed-rabu-mansour-hadi-sworn-in-as-yemens-new-president.html?_r=1&ref=global-home)>. Último acesso em: 13 de janeiro de 2018.

LAUB, Zachary. **Yemen in crisis**. Nova Iorque: Council on Foreign Relations, 2015. Disponível em: <[https://www.files.ethz.ch/isn/190632/Backgrounder\\_%20Yemen's%20Ci...pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/190632/Backgrounder_%20Yemen's%20Ci...pdf)>. Último acesso em: 13 de janeiro de 2018.

SALISBURY, Peter. **Yemen and the Saudi–Iranian ‘Cold War’**. Londres: Chatham House, Royal Institute of International Affairs, 2015. Disponível em: <[https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/field/field\\_document/20150218YemenIranSaudi.pdf](https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/field/field_document/20150218YemenIranSaudi.pdf)>. Último acesso em: 13 de janeiro de 2018.

Saudi accuses Iran of potential 'act of war'. **Al Jazeera**, 2017 a. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2017/11/saudi-accuses-iran-potential-act-war-171106063249381.html>>. Último acesso em: 13 de janeiro de 2018.

SNYDER, Xander. Yemen, Iranian-backed Houthis Face a Major Test. **Geopolitical Futures**, 2017. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/yemen-iranian-backed-houthis-face-major-test/>>. Último acesso em: 13 de janeiro de 2018.

SCHUSTER, Kathleen. A guerra esquecida do Iêmen. **Deutsche Welle (DW)**, 2018. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/a-guerra-esquecida-do-i%C3%A7men/a-41327420>>. Último acesso em: 13 de janeiro de 2018.

Separatistas cercam governo do Iêmen, e coalizão pede cessar-fogo. **O Globo**, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/separatistas-cercam-governo-do-iemen-coalizao-pede-cessar-fogo-22344060>>. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

Surto de cólera no Iêmen já é o maior do mundo. **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-07/surto-de-colera-no-iemen-ja-e-o-maior-do-mundo>>. Último acesso em: 13 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). After 1,000 days of conflict, Yemen sliding into 'deepening catastrophe,' UN agencies warn. **UN News Centre**, 2017. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=58369#.Wnhk5ainHIV>>. Último acesso: 13 de janeiro de 2018.

Yemen: From civil war to Ali Abdullah Saleh's death. **Al Jazeera**, 2017 b. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2017/12/yemen-civil-war-ali-abdullah-saleh-death-171204163618674.html>>. Último acesso em: 13 de janeiro de 2018.

Yemen crisis: Who is fighting whom? **BBC**, 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-29319423>>. Último acesso: 30 de janeiro de 2018.

## A CRISE DIPLOMÁTICA LIBANESA E SEUS DESDOBRAMENTOS GEOPOLÍTICOS

*Dimitria H. de Mello Assis Nunes**Marcelo Santos Ribeiro*

No dia 4 de novembro de 2017, a renúncia de Saad Hariri, então primeiro-ministro do Líbano, acarretou de imediato um vazio de poder no país, com Arábia Saudita e Israel à espreita. No anúncio, realizado a partir de um pronunciamento televisivo na capital saudita, Riad, Hariri declarou temer por sua vida e denunciou a influência destrutiva do Irã, que teria no Hezbollah um aliado no Líbano. Em contrapartida, o Hezbollah, considerado a principal força política e militar libanesa, acusou a Arábia Saudita de premeditar tal renúncia. Apesar de Hariri ser considerado um aliado saudita, as suspeitas eram de que o primeiro-ministro teria sido vítima de um sequestro, já que, em um primeiro momento, Hariri se negou a retornar à Beirute e pediu asilo político à Jordânia (THE GUARDIAN, 2017). O que se delineia a partir de então, é um novo quadro de instabilidade e crise política libanesa, assentado em desdobramentos regionais.

Internamente, o Líbano é dividido entre duas coalizões políticas principais: a Aliança 14 de Março e a Aliança 8 de Março (LIMA, 2017). A primeira, liderada pelo Movimento O Futuro, de Saad Hariri, é um grupo sunita e contrário ao regime de Bashar al-Assad. Fundada em 2005, tinha como principal objetivo a retirada de tropas sírias do Líbano, que ocupavam o país há 24 anos. Seu propósito se materializou com a eclosão de manifestações que sucederam à morte de Rafiq Hariri, pai de Saad, em um atentado no mesmo ano (MEIHY, 2016). O Tribunal Internacional de Justiça das Nações Unidas acusou membros do Hezbollah de serem responsáveis por tal conjectura.

A segunda coalizão é liderada pelo Hezbollah, um grupo xiita fundado pelo Irã e financiado, treinado e abastecido por Teerã (LIMA, 2017). Foi o único grupo a manter suas armas após a guerra civil no Líbano, alegando abastecer a primeira linha de defesa contra a agressão israelense. Em 2006, o Hezbollah angariou máxima popularidade quando conseguiu superar a invasão terrestre de Israel no sul do Líbano e atacar alvos militares e civis, prejudicando o apoio interno israelense à guerra e estimulando o apoio regional aos sucessos militares do grupo contra um exército estadual. À luz dos acontecimentos da época, o Hezbollah tornou-se o anti-herói regional, apoiando-se na impopularidade de Israel na região e, dessa forma, adquirindo grande adesão na Síria, Líbano e Palestina, principalmente (HU, 2016).

No entanto, desde a associação do Hezbollah com o regime de Assad na Síria, os países árabes aderiram a um coro de desaprovação ao grupo (HU, 2016). Internamente, parte da população libanesa também aderiu a essa desaprovação, uma vez que a Síria, comandada pela

família al-Assad, reforça sua condição de agente desestabilizador da política interna do Líbano desde os anos 2000, quando adotou o discurso de uma Grande Síria, que consiste em uma tentativa de recuperar as fronteiras da região, após a divisão imposta pela França após a queda do Império Otomano. Ao longo da segunda metade do século XX, ocorreu uma série de movimentações com o intuito de promover a reunificação. No entanto, desde então a população libanesa se manteve reticente. Dessa forma, a associação do Hezbollah com o regime de Assad acabou minando os efeitos legitimadores da guerra de 2006, também por acabar envolvendo pontos sensíveis da política da região (MEIHY, 2016).

**Figura 1: Mapa com a representação da "Grande Síria"**



Fonte: Fanack, 2017

Antes da renúncia de Hariri, o Líbano vivia um cenário de coligação política entre essas duas alianças, com o presidente, Michel Aoun, representando um firme aliado do Hezbollah e o primeiro-ministro, Saad Hariri, do Movimento O Futuro (LIMA, 2017). O arranjo político permitia a governabilidade e, sobretudo, a legitimidade do Hezbollah no Líbano, fator essencial para o grupo, sobretudo após março de 2016, quando o Conselho de Cooperação do Golfo e, posteriormente, a Liga Árabe passaram a classificá-lo como organização terrorista (HU, 2016).

As conjecturas em torno dos motivos que levaram à renúncia do primeiro ministro colocaram o Líbano novamente em evidência na imprensa internacional. Momentos antes do anúncio de Hariri, o lançamento de um míssil balístico do Iêmen com destino à Riad foi denunciado pela Arábia Saudita como sendo de autoria do Hezbollah. A correlação temporal entre o ataque, pelo qual o Hezbollah negou responsabilidade, e a renúncia de Hariri, realizada a partir da capital saudita, levantou suspeitas (THE GUARDIAN, 2017).

De acordo com Hassan Nasrallah, líder do Hezbollah, e Michel Aoun, presidente do país, é inegável a influência saudita neste processo (AL JAZEERA, 2017). Hariri possui estreita relação com a Arábia Saudita, sendo neste país a sede do conglomerado empresarial Saudi Oger, construída por Rafiq Hariri. Ademais, Saad Hariri tem nacionalidade saudita e sua família vive no reino. As ações sauditas no Líbano remetem ao período entre 2006 e 2008, quando a Arábia Saudita, já fomentando uma política de contenção ao avanço iraniano e sírio no Líbano, investiu

cerca de 2 bilhões de dólares no país, a fim de aumentar suas reservas à época do pós guerra com Israel (MEIHY, 2016).

Independentemente das acusações, todas negadas pela Arábia Saudita, a saída de Hariri da coalizão libanesa poderia refletir na perda de legitimidade do Hezbollah no Líbano, isolando o grupo xiita. Essa perda seria favorável à Arábia Saudita, uma vez que o Irã, com o qual mantém relações de hostilidade, tem adquirido crescente influência regional no Iraque, Iêmen e, principalmente, na Síria, e possui pretensões, progressivamente mais factíveis com a derrota militar do Estado Islâmico, de criar um corredor terrestre iraniano em direção ao Líbano, através do Iraque e da Síria (LIMA, 2017). No próprio Líbano, essa expansão do Irã pode ser verificada na questão do programa nuclear iraniano, uma vez que o Líbano declarou que o considerava pacífico e se absteve à Resolução 1929 do Conselho de Segurança da ONU, que tratava de novas sanções contra o Irã (MEIHY, 2016). Portanto, a dissolução da coalizão no Líbano, antes conveniente para o Hezbollah e, consequentemente, para o Irã, seria benéfica para os sauditas.

A outra dimensão do conflito se dá na rivalidade entre Irã e Israel. No discurso de renúncia, Hariri denuncia a intervenção iraniana nos assuntos árabes. Para Israel, esse cenário poderia se traduzir em uma oportunidade de fomentar uma aliança árabe israelense a partir da retórica anti Irã. Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro do país, pronunciou-se logo após o ocorrido, apontando que o empoderamento do Hezbollah é uma ameaça para todo o Oriente Médio, e que a situação atual deveria ser uma chamada à comunidade internacional para reagir ao grupo. O reflexo disso no Líbano é a escalada nas tensões entre o Hezbollah e Israel.

Desde o anúncio de Hariri, paira sobre o país o temor de uma invasão israelense que remete à guerra de 2006, a qual se prolongou por 34 dias. Esta resultou na morte de cerca de 160 israelenses, incluindo 43 civis, e mais de 1.100 libaneses, a maioria civil (TAHHAN, 2017). No entanto, a atuação do Hezbollah na guerra da Síria ao lado do regime de Assad concedeu ao grupo maior experiência tática e militar, incomparável à atuação de 2006. Atualmente, uma guerra localizada entre Hezbollah e Israel adquiriria proporções regionais, envolvendo a participação de grupos aliados combatendo na Síria, e influentes no Iraque e no Iêmen.

Diante das consequências da Guerra da Síria, o Líbano se tornou um dos maiores centros de refugiados provenientes do conflito, contabilizando em novembro de 2017 aproximadamente 1 milhão de imigrantes sírios (ACNUR, 2017), concentrados nas regiões do Vale do Bekaa, Beirute, Tiro e Trípoli. Em janeiro de 2015, o governo libanês adotou uma política de restrição à chegada de novos refugiados, e dificultou o processo de concessão e renovação de documentos referentes à permanência no país. Dada a instabilidade econômica no Líbano, os

índices de desemprego crescem exponencialmente, e os refugiados são os mais afetados ao não serem incorporados no mercado de trabalho (MEIHY, 2016). Como consequência desse processo, a porcentagem de domicílios de refugiados sírios que estão abaixo da linha da pobreza é de 76% (ACNUR, 2018), um índice que demonstra a dificuldade de se obter estabilidade social perante um Estado que passa por um momento de instabilidade econômica e política, o que levanta questões a respeito de quais medidas serão tomadas mediante a situação.

No dia 22 de novembro de 2017, Saad Hariri retornou à Beirut e suspendeu sua renúncia, trazendo certo apaziguamento para a região. Mesmo assim, o quadro de indefinição permanece e as expectativas ficam resguardadas para as próximas eleições parlamentares no dia 6 de maio de 2018 (CBC NEWS), que podem acarretar tanto em continuidade quanto em novos horizontes para o país. A instabilidade já gerada, no entanto, acentua o sectarismo nacional e regional, causando maior impacto na própria sociedade civil libanesa, que não encontra no Estado representatividade. A expansão do Irã, vista como uma grave ameaça à segurança dos interesses israelenses e sauditas, atua com papel central na crise deflagrada no Líbano. A elevação das velhas tensões entre iranianos de um lado e israelenses e sauditas de outro, que alinham seus interesses por meio do discurso anti Irã, projetam o Líbano, assim como Síria, Iraque e Iêmen, em mais um *front* da guerra por procuração estabelecida pelos atores mais influentes regionalmente em busca do protagonismo no jogo político do Oriente Médio.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Refugiados sírios no Líbano estão ficando mais pobres e vulneráveis, diz ONU. **ONUBR**, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/refugiados-sirios-no-libano-estao-ficando-mais-pobres-e-vulneraveis-diz-onu/>>. Último acesso em: 12 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. Syria Regional Refugee Response. **UNHCR**, 2017. Disponível em: <<http://data.unhcr.org/syrianrefugees/country.php?id=122>>. Último acesso em 12 de janeiro de 2018.

HU, Zoe. The history of Hezbollah, from Israel to Syria. **Al Jazeera**, 2016. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2016/10/history-hezbollah-israel-syria-161031053924273.html>>. Último acesso em: 12 de janeiro de 2018.

LIMA, José Antonio. É real o risco de uma ampla guerra no Oriente Médio. **Carta Capital**, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/e-real-o-risco-de-uma-ampla-guerra-no-orient-medio>>. Último acesso em: 12 de janeiro de 2018.

MEIHY, Murilo. **Os Libaneses**. São Paulo: Contexto, 2016. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=fh5jCwAAQBAJ&pg=PT7&lpg=PT7&dq=Os+libaneses+murilo+sum%C3%A1rio&source=bl&ots=-b0xnvmiFA&sig=sc0rLvpr2rBWut6y4lBOtQx7deQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjX9-HPtNPYAhWCHZAKHSZ4Bv8Q6AEIRDAJ#v=onepage&q=Os%20libaneses%20murilo%20sum%C3%A1rio&f=false>>. Último acesso em: 12 de janeiro de 2018.

Nasrallah: “It was not our wish for Hariri to resign”. **Al Jazeera**, 2017. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2017/11/nasrallah-hariri-resign-171105170441245.html>>. Último acesso em: 12 de janeiro de 2018.

Saad Hariri returns to Lebanon after surprising resignation. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/nov/22/saad-hariri-returns-to-lebanon-after-surprise-resignation>>. Último acesso em: 12 de janeiro de 2018.

Saad al-Hariri suspends resignation upon return to Lebanon. **CBC News**, 2017. Disponível em: <<http://www.cbc.ca/news/world/hariri-return-lebanon-independence-day-1.4413521>>. Último acesso em: 12 de janeiro de 2018.

Syria: From antiquity to French Mandate. **Fanack**, 2017. Disponível em: <<https://fanack.com/syria/history-past-to-present/from-antiquity-to-french-mandate/>>. Último acesso em: 12 de janeiro de 2018.

TAHHAN, Zena. How might Israel exploit Lebanon’s political turmoil?. **Al Jazeera**, 2017. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2017/11/israel-exploit-lebanon-political-turmoil-171107073356047.html>>. Último acesso em: 12 de janeiro de 2018.

## A NOVA TROCA DE GUARDA NO ORIENTE MÉDIO: O FRACASSO DA ESTRATÉGIA AMERICANA E A EMERGÊNCIA DA ORDEM IRANIANA NA SÍRIA E NO IRAQUE

*Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira*

*Sabrina Rodrigues Pacheco*

Quando o primeiro-ministro do Iraque, Haider al-Abadi, anunciou a derrota completa do Daesh em 11 de dezembro de 2017 – ecoando declaração de seu homólogo sírio Bashar al-Assad proferida um mês antes –, a maior ameaça do jihadismo islâmico no Oriente Médio parecia estar enfim superada. Contudo, nenhum dos dois Estados viu sua influência ou prestígio aumentar na região, malgrado o sucesso de seus regimes em se manterem no poder. Tampouco os Estados Unidos ou mesmo a Rússia podem reivindicar o estatuto de poder hegemônico incontestado na região. Em meio ao rastro de caos deixado pelo conflito de múltiplas frentes, é o Irã quem emerge como grande vencedor da guerra contra o Daesh. O êxito do Irã neste episódio, entretanto, foi apenas uma etapa em uma estratégia bem mais abrangente.

O ano de 2017 marcou a consagração do Irã como potência regional e ator incontestável na geopolítica do Oriente Médio. A ascensão iraniana é resultado de uma abordagem bem-sucedida, que combina a infiltração insidiosa em disputas de poder em alguns países da região e a ação paramilitar mais direta em outros, somada à diplomacia triangular com a Rússia e a Turquia e em sintonia com eventos favoráveis no plano interno – vide a recuperação econômica após a eliminação de sanções comerciais e a reeleição do presidente moderado Hassan Rouhani. Segundo Chulov (2017), o norte da ação iraniana é a consolidação de um “arco xiita” centrado em Teerã, fechando o cerco de influência em torno da Arábia Saudita e seus aliados sunitas.

A máquina estratégica iraniana opera seus ganhos no vácuo de poder deixado pelos Estados Unidos no Oriente Médio, seja na tentativa malfadada dos americanos de derrubar o regime de Assad na Síria por meio do apoio a rebeldes contrários ao regime, seja na retirada prematura das tropas do Iraque em 2011. Friedman (2017) expõe que o engajamento das milícias iranianas no combate ao Daesh desde o início da expansão do autoproclamado Califado Islâmico conferiu ao Irã um papel de líder natural na redefinição da ordem nos países afetados. Em paralelo, a ação militar e diplomática iraniana em solo árabe reverte em ganho político não apenas em Bagdá e Damasco, mas também em Ramalá, Beirute, Doha, Mascate e Saná.

A atual assertividade iraniana é percebida internamente como a restauração de um prestígio que sempre coube à nação persa, antes combalida pela interferência estrangeira e por sanções econômicas (KHASHAN, 2017). A possível retirada dos Estados Unidos do Acordo Nuclear de 2015 e a consequente reimposição das sanções ao país são ameaças que não vêm se

mostrando capazes de dissuadir Teerã de dar continuidade à sua agenda no Oriente Médio. E tampouco tais medidas se alinham de fato aos interesses dos Estados Unidos, tendo em vista que a manutenção do foco de atenção na capacidade nuclear iraniana nos últimos anos serviu mais para distrair os americanos do poder militar convencional do Irã, que se revelou tão eficaz.

O anseio dos Estados Unidos de impedir a constituição de um arsenal de armamentos nucleares pelo Irã havia culminado no supracitado acordo multilateral entre o grupo P5+1<sup>7</sup> e o Irã, onde definiram-se as especificações para a produção de urânio enriquecido no país, bem como a utilização e o armazenamento do mesmo. Era crucial para Washington garantir que o Irã não possuísse uma nova ferramenta para avançar no tabuleiro geopolítico local, e a posse de armas nucleares por Teerã fortaleceria sua força de dissuasão regional, colaborando para uma reafirmação mais expressiva do país. Se por um lado o acordo possibilitou uma frenagem na produção iraniana de urânio enriquecido e garantiu a inspeção das instalações pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), por outro beneficiou o Irã ao aliviar as sanções que emperravam a sua economia (ROBERTO, 2015).

Contudo, o cumprimento recíproco do pacto tem se mostrado instável no governo Trump, para quem o tratado possui deficiências e deve ser revisto por todos os integrantes a fim de reforçá-lo. A despeito da observância do acordo pelo Irã, os Estados Unidos têm ameaçado se retirar do mesmo, além de impor novas sanções a Teerã (LE MONDE, 2018). Este novo posicionamento da Casa Branca pode minar a oportunidade de iniciar uma boa relação com o Irã, ou quiçá engendrar um efeito contrário: instigar o país a tomar providências maiores em retaliação às sanções impostas por Washington, sendo o maior temor a retomada do programa nuclear iraniano e a busca pelo desenvolvimento de armas nucleares (ERDBRINK, 2017). Para o ministro das Relações Exteriores iraniano, uma eventual clivagem no posicionamento do Irã neste cenário de dúvidas e incerteza seria resultado direto da intransigência norte-americana.

Quando as tropas norte-americanas invadiram o Iraque em 2003, esperava-se que após a derrubada de Saddam Hussein o país se tornasse uma nação democrática e aliada aos Estados Unidos no seio do Oriente Médio. O Irã desde o início vislumbrou a possibilidade de um futuro bem distinto para o Iraque: o outrora adversário se tornaria um vassalo e, em vez de representar uma ameaça, passaria a servir de ponte para uma expansão regional ainda maior (FUGII, 2015). Teerã já vinha atuando em solo iraquiano, por meio da Força Quds<sup>8</sup>, desde a Guerra Irã-Iraque e, segundo Arango (2017), após a invasão americana e a derrubada de Saddam Hussein, a Força

---

<sup>7</sup> Grupo constituído pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) – isto é, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China – mais a Alemanha.

<sup>8</sup> Grupo de elite do exército iraniano que constitui o braço estrangeiro da Guarda Revolucionária Iraniana.

Quds ampliou em muito suas operações no Iraque e redirecionou seus esforços para fomentar a insurgência contra a administração apoiada pelos Estados Unidos. A retirada abrupta das tropas americanas do Iraque em 2011 e o caos cada vez mais aprofundado que se seguiu favoreceram ainda mais a infiltração iraniana. Em 2014, a Força Quds foi uma das primeiras unidades a combater o Daesh no Iraque, coordenando as Forças de Mobilização Popular, uma coalizão de mais de 40 milícias xiitas incorporadas às Forças Armadas do Iraque em 2016. Mansour e Jabar (2017) estimam que esta organização possa contabilizar até 140.000 soldados.

No que pese o engajamento americano na guerra contra o Daesh, é verdade que os Estados Unidos contribuíram aquém de suas capacidades ao se abster do envio de contingentes e se limitando à ataques aéreos às posições dos jihadistas. Em contraste, a atuação iraniana em solo através de apoio tático, logístico, material e de efetivo foi decisiva para sedimentar sua influência no Iraque (AMIR, 2014). A defesa nacional iraniana, em um momento em que as armas entravam em crise, tornou o Irã imprescindível no jogo político da nação, mesmo após a eliminação do Daesh. A estratégia de se apoiar na população xiita da região para garantir reviravoltas políticas em seu favor também ocorreu no Iraque, embora, segundo Arango (2017), à diferença de outros países. No Iraque, o viés pró-iraniano da maioria xiita elegeu um parlamento alinhado à nova ordem, dentro dos conformes da democracia iraquiana.

Já o envolvimento do Irã na Síria vem desde a Revolução Islâmica de 1979, quando o país passou a ser usado como *hub* de apoio ao Hezbollah no Líbano. Desde o início, cooperou mutuamente com o governo apoiado pela minoria alauíta (vertente do xiismo): primeiro Hafez al-Assad e depois seu filho, Bashar al-Assad. Desde 2011, o Irã se empenha em manter Assad no poder, se opondo aos rebeldes que visavam derrubar o regime e, a partir de 2014, combatendo as forças do Daesh que vinham se expandindo na Síria e no Iraque. Segundo a *Business Insider* (2015), em 2013, o Irã deu mais um passo nessa estratégia ao enviar as primeiras tropas da Força Quds para combater no conflito sírio, com o comando das forças armadas sírias sendo rapidamente substituído por oficiais iranianos, vinculando o aparato de defesa daquele país aos interesses de Teerã. O Irã contou, ainda, com a lealdade do Hezbollah e de diversas milícias xiitas e legiões de combatentes estrangeiros cooptados para se juntar ao *front* pró-Assad.

A política iraniana para a Síria se choca com os interesses estadunidenses de exportar a democracia para a região e converter nações antes autoritárias em países simpáticos a Washington. Friedman (2017) ressalta que a intercessão da Rússia, em 2015, foi crucial para a sobrevivência de Assad, pois a possibilidade de conflito direto entre as duas maiores potências bélicas do planeta constrangeu uma ação americana mais dura, ao mesmo tempo em que o

interesse convergente dos dois países no combate o Daesh eliminou a outra ameaça existencial ao regime. A Rússia tem a Síria como principal aliado no Oriente Médio, onde possui uma base naval de grande importância estratégica, sendo seu único ponto de acesso direto ao Mar Mediterrâneo. Rússia e Irã coordenaram ações em diversas frentes, mas foram os ataques aéreos russos aos opositores de Assad que definiram o resultado. Com o anúncio da redução da presença russa na Síria, mais uma vez o vácuo de poder é preenchido pelo Irã.

Atualmente, o novo objetivo do Irã é finalizar um corredor até o Líbano por uma porção contígua de terra que atravessa a Síria e o Iraque. Segundo Corera (2017), a criação da rota envolve o estabelecimento de bases semipermanentes ao longo da via, transformações demográficas no norte do Iraque e sul da Síria – onde as populações sunitas vêm sendo substituídas por residentes xiitas – e o patrulhamento dos “pontos críticos” por milícias alocadas na região. O transporte terrestre de bens, milícias e material bélico é muito mais econômico que o aéreo, facilitando muito o suprimento iraniano ao Hezbollah e ao regime de Assad. Pela primeira vez em séculos, o Irã teria o controle de uma área que se estende até o Mediterrâneo, passando por cidades tão importantes quanto Bagdá, Mossul, Aleppo, Damasco e Beirute. Na ponta ocidental da rota, já estão em curso a construção de uma base iraniana fixa e o treinamento de novas milícias para atuarem nas Colinas de Golã, atualmente sob o domínio de Israel.

A assertividade do Irã vem testando os limites da aquiescência de seus aliados e rivais. Chulov (2017) constata que o sucesso da expansão iraniana na Síria e Iraque deixa em alerta não só os Estados Unidos mas todos os outros *players* no Oriente Médio: A Turquia, em relação à acomodação dos curdos nos acordos para a construção do corredor; a Rússia, quanto à possível escalada de um conflito do Irã com Israel; a Arábia Saudita, no que tange ao redirecionamento dos esforços iranianos de fortalecimento do arco xiita para o Golfo Pérsico e Península Arábica; e, sobretudo, Israel, a respeito da ameaça iraniana direta na fronteira com o Líbano.

Em suma, a dinâmica de poder no Oriente Médio está passando por um momento de grande transformação desde a saída dos Estados Unidos do Iraque, o início da Primavera Árabe e o conflito na Síria. A agenda regional iraniana vem sendo implementada com sucesso, sobretudo após a derrota do Daesh, com suas ações militares refletindo a capacidade ampliada de projeção do país e firmando seu caráter de ator fundamental na região. Arábia Saudita e Israel aparecem neste contexto, mais que nunca, como os aliados que a Casa Branca espera poder contar durante esse período de transição, com o risco de a expansão iraniana refletir em suas capacidades de influência regional. Além disso, no caso de Israel, o Irã coloca, a longo prazo, uma séria ameaça à sua soberania e subsistência; ao passo que a expansão da influência

xiita na região ameaça a Arábia Saudita. Destarte, é possível antever, nesse cenário, o aprofundamento da polarização em dois eixos: um formado pelo Irã e seus satélites regionais, mais uma possível aliança com a Rússia; antagônico a outro composto por Arábia Saudita e Israel, apoiados pelos Estados Unidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIR, Ali Abdel. Iran's Quds Force takes on IS in Iraq. **Al Monitor**, 2014. Disponível em: <<https://www.al-monitor.com/pulse/politics/2014/11/iraq-soleimani-islamic-state-army.html>>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.

ARANGO, Tim. Iran Dominates in Iraq After U.S. ‘Handed the Country Over’. **The New York Times**, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/07/15/world/middleeast/iran-iraq-iranian-power.html?m.dule=ArrowsNav&contentCollection=Middle%20East&action=keypress&region=FixedLeft&pgtype=article>>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.

CHULOV, Martin. From Tehran to Beirut: Shia militias aim to firm up Iran's arc of influence. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/jun/16/from-tehran-to-beirut-shia-militias-aim-to-firm-up-irans-arc-of-influence>>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.

CORERA, Gordon. Iran building permanent military base in Syria – claim. **BBC News**, 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-41945189>>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.

Donald Trump confirme la levée des sanctions économiques contre l'Iran. **Le Monde**, 2018. Disponível em: <[http://www.lemonde.fr/donald-trump/article/2018/01/12/donald-trump-confirme-la-levée-des-sanctions-economiques-contre-l-iran\\_5241108\\_4853715.html](http://www.lemonde.fr/donald-trump/article/2018/01/12/donald-trump-confirme-la-levée-des-sanctions-economiques-contre-l-iran_5241108_4853715.html)>. Último acesso em: 15 de janeiro de 2018.

ERDBRINK, Thomas. Iran's President Threatens to Restart Nuclear Program. **The New York Times**, 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/08/15/world/middleeast/iran-nuclear-hassan-rouhani-us.html>>. Último acesso em: 15 de janeiro de 2018.

FUGII, William. **O Estado Islâmico e o xadrez geopolítico dos conflitos na Síria e no Iraque**. In.: Semana de Ciência Política, III, 2015, Universidade Federal de São Carlos. Democracia, Conflito e Desenvolvimento na América Latina. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/William-Fujii.pdf>>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.

FRIEDMAN, George. Iran reshapes the Middle East. **Geopolitical Futures**, 2017. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/iran-reshapes-middle-east/>>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.

Iran is taking over Assad's fight in crucial parts of Syria. **Business Insider**, 2015. Disponível em: <[http://www.businessinsider.com/iran-is-taking-over-assads-fight-in-crucial-parts-of-syria-2015-6?pundits\\_only=0&get\\_all\\_comments=1&no\\_reply\\_filter=1#comment-55761701ecad046e21e8f259](http://www.businessinsider.com/iran-is-taking-over-assads-fight-in-crucial-parts-of-syria-2015-6?pundits_only=0&get_all_comments=1&no_reply_filter=1#comment-55761701ecad046e21e8f259)>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.

KHASHAN, Hilal. Iran Aspires to a Former Glory. **Stratfor**, 2017. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/iran-aspires-former-glory>>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.

MANSOUR, Renad; JABAR, Faleh A. **The Popular Mobilization Forces and Iraq's Future**. Beirute: Carnegie Middle East Center, 2017. Disponível em: <[http://carnegieendowment.org/files/CMEC\\_63\\_Mansour\\_PMF\\_Final\\_Web.pdf](http://carnegieendowment.org/files/CMEC_63_Mansour_PMF_Final_Web.pdf)>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.

ROBERTO, William. **O acordo nuclear do Irã: uma análise das possíveis razões e impactos**. Rio Grande do Sul: Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2015/09/ROBERTO-W-Acordo-Nuclear-Ir%C3%A3.pdf>>. Último acesso em: 14 de janeiro de 2018.